

## EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO SÓCIO- HISTÓRICO DE SEU PROCESSO

Valdice Barbosa da Silva; Karla Lécia Barros Nunes; Thamyres Ferreira da Silva; Vitória  
Carolina Santos Silva

*Universidade Estadual de Alagoas, [valdicebarbosads@gmail.com](mailto:valdicebarbosads@gmail.com); Universidade Estadual de Alagoas,  
[karlalbn@hotmail.com](mailto:karlalbn@hotmail.com); Universidade Estadual de Alagoas, [thamyresfd199718@gmail.com](mailto:thamyresfd199718@gmail.com); Universidade  
Estadual de Alagoas, [vitorya610@gmail.com](mailto:vitorya610@gmail.com)*

### RESUMO

É normal que no senso comum se imagine que educação só pode ser transmitida nos espaços escolares ou em outras instituições de ensino, visto que este é o modelo educacional que prevalece na sociedade a muito tempo. Contudo, nota-se que em outros momentos da história humana, quando ainda não existia a escola, a educação já se fazia presente no cotidiano social das pessoas, pois esta perpassa por toda a existência humana, possuindo, assim, um caráter universalizante. Sabemos que a maneira como o processo educativo se constituía no período primitivo, por exemplo, era muito distinto da maneira que se constitui hoje em dia, porém, ao analisar como acontecia a educação naquele período, poder-se-á perceber que a mesma já possuía características que estão presentes na contemporaneidade. Portanto, está na natureza da educação fazer com que os indivíduos ajam de maneira socialmente adequada e transmitir de geração a geração os conhecimentos das gerações passadas, desenvolvendo, assim, novos conhecimentos e comportamentos, desde que sejam socialmente desejados. Sendo assim, esse artigo busca trazer um estudo sobre a educação e quais seus principais objetivos levando em conta sua função social. A análise será realizada a partir de um recorte histórico, enfatizando os períodos que foram considerados mais relevantes. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, utilizando-se como aporte teórico autores que se debruçam sobre a ontologia marxiana, por compreender nesse método a melhor forma de ir além do fenômeno e alcançar a apreensão concreta do objeto de análise deste artigo.

**Palavras-chave:** Educação, História, Reprodução Social.

### INTRODUÇÃO

A educação permeia toda a existência humana, desde os mais remotos tempos até os dias atuais. No entanto, é sabido que a mesma foi se modificando ao longo da história, sendo direta e/ou indiretamente afetada pelas transformações sociais. É importante lembrar que a educação não se realiza de maneira espontânea, tendo papel fundamental na reprodução da sociedade, porém, mesmo se ajustando as demandas sociais apresentadas e vivenciadas em determinadas épocas, a educação traz consigo características universais que são imanentes a ela, como o fato de que “A educação dos homens os prepara sempre para situações que eles

enfrentarão a *posteriori*, nas quais se espera que eles ajam de modo socialmente adequado” (MACENO, 2017, p. 93, grifo do autor).

É justamente esse caráter metamórfico e, ao mesmo tempo, conservador de características singulares que, ao longo da história, faz da educação um tema importante a ser discutido, estudado e aprofundado, inclusive compreendendo os seus limites, embora seja comum percebê-la ideologicamente<sup>1</sup> como transformadora da realidade quando na verdade é o inverso: a sociedade que transforma a educação a sua imagem e semelhança. São essas metamorfoses sociais que orientam qual o tipo de educação é necessária, uma vez que cada sociedade, em cada momento histórico, exige um modelo de indivíduos; nesse sentido, cabe à educação formar esses indivíduos que possuam comportamentos socialmente desejados e esperados.

Numa sociedade de classes, tais comportamentos sempre estiveram ligados à posição social que os sujeitos ocuparam, bem como o trabalho que poderão vir a exercer. Numa sociedade sem classes, a exemplo das comunidades primitivas, o essencial era absorver tudo aquilo que possibilitasse a sobrevivência, já na contemporaneidade capitalista, apesar de a educação ser voltada à qualificação da força de trabalho, onde o próprio homem torna-se uma mercadoria, esta, diferentemente do que acontecia no período primitivo, não garante a sobrevivência, visto que as taxas de desemprego são elevadas, independente da formação que se tenha.

Portanto, é necessário lembrar que este objetivo da educação voltada para “preparar” os indivíduos para a sociedade distingue-se quando analisamos as diferentes classes sociais; pois os filhos dos trabalhadores são educados para serem trabalhadores explorados, enquanto os filhos dos capitalistas são educados para ocuparem os maiores postos sociais. Evidentemente, a individualidade singular de cada ser social deve ser levada em consideração, assim como os nexos causais que mantêm com as particularidades sociais e com a própria totalidade, não podendo estabelecer nenhuma inflexibilidade fatídica na vida desses indivíduos, de maneira que alguns podem fugir a essa lógica perversa, assumindo uma posição diferente da esperada; no entanto, estes representam uma desmesurável exceção, e não a regra.

A partir da necessidade de se entender o processo sócio-histórico da educação, buscou-se resgatar sua função social ante a realidade que se apresentou no mundo dos homens. Sendo assim, este trabalho se objetiva, tentando fazer uma conexão entre o passado e

---

<sup>1</sup> A ideologia aqui utilizada no sentido de falsa consciência.

o contexto hodierno, cuja importância do conhecimento histórico é fulcral para que se compreenda a natureza da educação e como ela se constitui na contemporaneidade. Para essa finalidade, o referencial teórico utilizado vincula-se a pensadores ligados à ontologia marxiana, compreendendo a categoria da totalidade necessária para entender os fenômenos sociais que a educação está forçosamente ligada. Os principais aportes teóricos usados foram: CHASIN (2017), MACENO (2017), PILETTI e PILETTI (2016) e PONCE (2007).

### **Discussão dos Resultados**

Como se sabe, a educação apesar de se adequar as realidades impostas numa sociedade de classes, possui um caráter universal, uma vez que se constitui como forte instrumento para a reprodução social, independente de qual modo de produção esteja em vigência, pois é responsável por formar indivíduos que respondam da maneira socialmente adequada as necessidades sociais. Nesse sentido, mesmo na sociedade primitiva, onde a educação parecia possuir um caráter “espontâneo”, já trazia em sua gênese esta intencionalidade, já que a partir do momento em que as primeiras comunidades foram se constituindo, as crianças passaram a ser “educadas” observando os mais velhos – no trabalho, nos rituais místicos, nos comportamentos, nos valores etc. Enfim, a formação rigorosa no interior de uma sociedade de permanente carência de provimentos, tornava fundamental que todos os que pertenciam àquela comunidade comungasse dos mesmos interesses ao risco de seu declínio. Assim, mesmo que não houvesse uma educação sistemática que intencionasse agir sobre o comportamento dos indivíduos, havia um grau de intencionalidade na educação daqueles povos que pudesse garantir a sua preservação.

A criança pequena ficava presa às costas da mãe e assim a acompanhava e observava não somente a ela, mas aos outros membros do grupo durante as atividades; quando tinham idade suficiente, elas participavam diretamente dessas mesmas atividades e, assim, aprendiam na prática o que era necessário para sua sobrevivência. Nas palavras de Ponce: “[...] nas comunidades primitivas, o ensino era para a vida e por meio da vida” (PONCE, 2007, p 19, grifo do autor). Esse era o grande objetivo da educação naquele período e que pode entender por igualitária, visando o bem da coletividade, sem a necessidade de escolas que ensinassem os valores, os costumes e as habilidades imprescindíveis para a inserção dos indivíduos na sociedade, esta necessidade passou a existir após o surgimento das classes sociais.

O surgimento destas classes, por outro lado, não se deu de maneira repentina, a princípio foram consequência de uma realidade objetiva da tribo, pois algumas tarefas dentro

da mesma não podiam ser realizadas por todos os membros, pois em determinados momentos seria humanamente impossível, dada as circunstâncias e esgotamento físico que certas atividades possuíam, e outras necessitavam ainda de maior preparo e experiência para serem realizadas, logo, a divisão de tarefas que inicialmente se deu por sexo e idade passou a englobar outros fatores, bem citados por Ponce em sua obra Educação e Luta de Classes, tais como: “ A distribuição dos produtos, a administração da justiça, a direção das guerras, a supervisão da irrigação etc” (PONCE, 2007, p 22). Dessa forma foram geradas novas formas de trabalho que se distanciavam do trabalho material. No entanto, é necessário ter clareza de que esta subdivisão dentro da tribo era útil e contribuía para o bom funcionamento da mesma, ainda que algumas dessas novas classes, fruto das divisões internas, fossem “privilegiadas”, principalmente aquelas que se distanciavam dos trabalhos manuais.

Com o surgimento das classes sociais e a crescente substituição dos interesses coletivos pelos interesses privados, a educação, que também possuía esse caráter coletivo foi aos poucos se modificando, agora o ensino não se dava apenas por intermédio da observação e da aquisição de habilidades para sobreviver. Numa sociedade de classes, os conhecimentos eram/são transmitidos, sistemáticos ou não, baseando-se na classe que cada indivíduo pertence, com o propósito de preservar nas condições imprescindíveis da classe dominante. Tendo conhecimento disso, é possível depreender que com a manifestação de uma sociedade marcada pela distinção entre as classes, ainda que em sua fase embrionária, já é possível identificar esse fato supramencionado, a exemplo disto, quando surgiu a função de “organizador” na tribo, aqueles que possuíam esse posto mantinham seus conhecimentos em segredo do resto do grupo, destinando-os apenas a seus parentes, a fim de fazê-los assumir tais postos futuramente, a esse respeito escreve Ponce (2007):

Mas, se a aparição das classes sociais foi uma consequência inevitável da escassa produtividade do trabalho humano, também não é menos certo que os que se libertaram do trabalho manual aproveitaram a vantagem conseguida para defender a sua situação, *não divulgando os seus conhecimentos*, para prolongar a incompetência das massas, e ao mesmo tempo, assegurar a estabilidade dos grupos dirigentes. (PONCE. 2007. p 26, grifo do autor)

Quem conseguia uma posição privilegiada não queria perdê-la. Apesar de possuir um abismo de distância entre esse momento da história que se tem falado até aqui e o contexto hodierno, convém lembrar que essa atitude citada acima é inerente a uma sociedade regida por classes, onde, a partir do momento em que o homem passou a enxergar vantagem em explorar seus semelhantes essa se tornou uma prática recorrente. É possível também fazer uma ligação, ainda que rasa, entre o “prolongar a incompetência das massas” e o tipo de educação



oferecida às massas populares, pois, é sabido que em termos de qualidade e completude esta se mostra muito inferior da educação que os mais abastados têm acesso, tentando definir assim, quais as posições sociais que cada um terá a possibilidade de assumir.

Não se tem a intenção aqui de querer limitar a história à simples reprodução constante de fatos marcados e determinados, onde esta seria apenas um ciclo infinito de repetições, mas, apenas evidenciar que uma sociedade orientada pela divisão de classes sociais, onde há explorador e explorado, sempre possuirá características semelhantes, ainda que sutis, mesmo se comparando a sua fase embrionária.

Indo adiante, será abordado sobre a educação na Antiguidade, destacando, porém, que a passagem da era primitiva para a Antiguidade não aconteceu de forma linear e sistemática, foram vários acontecimentos e mudanças, a passos lentos, que eclodiram nessa nova fase da história humana.

Este período traz consigo algumas singularidades que merecem destaque; em Esparta, por exemplo, o ideal de educação objetivava a formação do guerreiro, com um treinamento militar demasiadamente severo, o que tornava os homens e as mulheres espartanos extremamente preparados para a guerra, nesse sentido, o Estado se apoderava da tutela da criança após os sete anos de idade, fazendo-a assim ingressar no treinamento militar. Não se tinha, naquele momento, um interesse para uma educação fora das técnicas militares, tanto que poucos nobres da época tinham alguma noção de leitura e escrita. Sobre a finalidade da educação espartana, Ponce (2007, p 41) salienta que a mesma devia: “*Assegurar a superioridade militar*” (grifo do autor), e essa “superioridade militar” garantia que eles fossem sempre “*capazes de mandar e de fazer-se obedecer*” (ibidem, p 41, grifo do autor)

Mas toda essa rigorosidade militar em Esparta tinha fortes motivos, pois, ela não produzia tantas mercadorias, sendo assim seus membros se tornara um povo conquistador, onde se entrava em guerras constantes, fazendo com que essa educação militarizada fosse essencial para que aquele modelo de sociedade existente pudesse continuar se reproduzindo.

Em Atenas, a educação se diferia, visto que a rigorosidade militar na não era tão necessária quanto em Esparta, o que não significa dizer que esta não era praticada, já que a virtude do guerreiro também estava presente na educação ateniense, porém, com alguns acréscimos. O jovem ateniense necessitava ter conhecimento do manejo das armas e dos deveres de cidadão; para tanto, ao finalizar sua fase inicial de preparação, o mesmo era submetido a um exame para medir o nível de seu aprendizado.

Tanto em Esparta quanto em Atenas, havia certo desprezo pelo trabalho, pois o que a realidade social demonstrava era que apenas os escravos ou os menos favorecidos

trabalhavam, tanto que o acesso à educação entre os nobres e os demais se mostrava diferente, para melhor contextualizar, pode-se utilizar as palavras de Xenofonte, destacadas por Ponce: “É permitido a todos os persas (livres) enviar seus filhos para às escolas comuns. No entanto, *só os que podem criar os seus filhos para não fazerem nada é que enviam; os que não o podem, não enviam*”(XENOFONTE apud PONCE, 2007, p. 51, grifo do autor).

Com o crescente fortalecimento do comércio, a sociedade ateniense passou por um processo de transformação, o que atingiu também a educação. Nesse contexto, os sofistas ganham destaque sendo procurados por muitos que eram capazes de pagar por seus ensinamentos, estes se baseavam na oratória e na curiosidade enciclopédica. Indo de encontro aos sofistas, mas se utilizando de métodos de ensino semelhantes, com caráter antitradicional, surge a figura de Sócrates, um artesão que se tornou muito influente entre seus discípulos. Ele acreditava que todos possuíam a capacidade de pensar, e através do diálogo ensinava aos homens que eles podiam tirar suas conclusões, estimulando o pensamento reflexivo, fazendo-os chegar, assim, ao conhecimento.

Convém citar que além de Sócrates, neste período da história humana, surgiram outros filósofos relevantes como Platão e Aristóteles, ambos tiveram forte influência na educação grega. Segundo Piletti e Piletti a doutrina platônica no que tange a educação consistia: “[...]na atividade que cada homem desenvolve para conquistar as ideias e viver de acordo com elas. O conhecimento não vem de fora para o homem, mas é um esforço da alma para apoderar-se da verdade” (PILETTI e PILETTI, 2016, p 28-29). É importante lembrar que para Sócrates todos têm a capacidade de obter conhecimentos, já Platão acreditava que apenas alguns possuem essa capacidade.

Aristóteles julgava que o primeiro âmbito educacional era a família, onde a criança adquiria seus valores, cabendo ao Estado assegurar o crescimento saudável das crianças e que entendessem seus deveres patrióticos, sendo assim, ele exigia forte fiscalização por parte do Estado sobre as escolas, professores e até mesmo as famílias. Em Aristóteles, então, o fim da educação seria a formação para a vida pública.

Dirigindo o olhar para a Roma antiga é possível perceber que, no que tange a educação, esta foi uma adaptação daquela vista na Grécia, para a realidade apresentada nessa sociedade, é evidente que ela possui suas particularidades, as quais, não nos ateremos aqui; no entanto, convém salientar que, segundo Piletti e Piletti a educação romana: “[...] orienta-se para uma formação cívico-oratória que possibilite ao indivíduo intervir na vida pública” (PILETTI e PILETTI, 2016, p 36)

Quando o modelo econômico escravista começou a ruir, por diversos motivos, dentre eles a falta de lucro gerado pelo grande investimento depositado na manutenção dos escravos, que não era retornado por conta da baixa produtividade dos mesmos, começa a surgir gradativamente um novo modelo: o feudal, este, diferentemente do escravista, tinha foco na figura dos servos e dos feudos, os últimos, de modo geral, eram faixas de terra cedidas aos primeiros, para que pudessem cultivá-las. No entanto era necessário pagar para aos senhores feudais grandes taxas referente ao uso das terras e ao que era produzido.

O cristianismo, que já vinha ganhando força e se incorporando ao império romano a alguns séculos, se torna bem mais expressivo na forma da Igreja Católica, principalmente na Europa, durante o período medieval, sendo assim ela teve forte influência nos moldes de educação da época, visto que a mesma se apoderou da instrução pública.

Muitos monastérios foram construídos, conseqüentemente também foram criadas várias escolas monásticas, que eram divididas em dois tipos: uma que era destinada à formação dos futuros monges e outra que era voltada para a instrução dos plebeus, esta última, pode-se considerar como as verdadeiras escolas monásticas. A bem da verdade estas escolas não tinham foco algum em instruir de fato os plebeus, mas sim pregar e incutir nos mesmos os ideias da igreja, pois a ignorância das massas ainda era uma vantagem para a classe dominante. Para aqueles que não eram filhos dos servos e sentiam sede de conhecimento só podiam satisfazer sua curiosidade intelectual isolando-se em um convento, tomando para si a vida religiosa, erguendo um muro entre estes e o mundo externo, se distanciando da ignorância daqueles que não tiveram acesso a mesma oportunidade de estudo, no caso, os plebeus.

Com o passar do tempo as escolas monásticas foram ganhando uma nova versão, chamadas de escolas externas, é necessário salientar, contudo, que eram externas pelo simples fato de estarem localizadas no lado de fora dos muros dos monastérios, mas muito pouco se diferia das outras, os alunos eram submetidos à rigorosas regras, entretanto essas escolas eram destinadas aos clérigos seculares, e aos nobres que não iriam seguir a vida religiosa e tomar hábito. Segundo Ponce os produtos dessas escolas externas eram: “*Juristas doutos, secretários práticos e dialéticos hábeis, capazes de aconselhar imperadores e de fazer-se pagar regiamente pelos seus serviços*” (PONCE, 2007, p 93, grifo do autor).

Apesar da influência da igreja e dessas escolas, ao nobre feudal pouco valor tinha a instrução e a cultura, seu maior interesse era aumentar suas riquezas, principalmente através da violência, sendo assim, tal nobre tinha uma educação diferente, voltada para a formação do cavaleiro, por meio da qual o jovem nobre ficava sob os cuidados da mãe até os sete anos,

idade em que passava a servir algum cavaleiro que fosse próximo ou amigo da família, aos 14 anos se tornava escudeiro e participava com seu mestre das guerras, torneios e caçadas, até que completasse seus 21 anos e assim fosse armado cavaleiro.

As cidades durante certo período da idade média não passavam de pequenas vilas, quando estas começaram a se desenvolver e o comércio passou a ganhar força um novo grupo da sociedade aos poucos começou a emergir: os burgueses, tal grupo adquiriu riqueza com o comércio e paulatinamente foi ganhando espaço e influência, logo, a economia nesse período sofreu uma forte mudança, tal mudança econômica atingiu diretamente a educação.

A igreja, forte influenciadora da educação, percebeu que somente as escolas monásticas não eram suficiente para garantir sua hegemonia, sendo assim passou a investir em escolas catedráticas, que a princípio não se diferiam muito das escolas monásticas, mas, pode-se dizer que elas se constituíram como o embrião do que viria a ser as universidades, quando estas se consolidaram representaram para a burguesia um grande avanço, visto que, por meio delas tal classe emergente podia ter acesso a privilégios que anteriormente pertenciam aos nobres, isto porque com o título universitário o burguês se elevava quase ao nível do nobre.

Mas as “conquistas” da burguesia não se encerraram com este fato, nesse sentido, enquanto os mais influentes dessa nova classe que surgia timidamente adentravam as universidades, a baixa burguesia tomava conta das escolas primárias, com isso, pouco a pouco a igreja foi perdendo sua total influência sobre a instrução, fato que se tornou mais evidente com eclosão e fortalecimento do Renascimento. Não se tem o intuito aqui de discorrer sobre esse período da história, no entanto, convém ressaltar que, segundo Ponce: “O Renascimento se propôs *formar homens de negócios que também fossem cidadãos cultos e diplomatas hábeis*” (PONCE, 2007, p 111, grifo do autor). É possível perceber que este ideal de educação renascentista está diretamente ligado aos interesses da burguesia, pois, tais características que este ideal buscava desenvolver se mostravam essenciais para o comércio, e de modo algum se destinava as classes populares.

Com o crescente fortalecimento da burguesia as estruturas sociais começaram novamente a entrar num processo de modificação, não só em sentido econômico. A igreja católica que já se via perdendo sua hegemonia em sentido educacional, agora via-se também sofrendo oposição de um novo grupo religioso que começava a se formar, apoiado principalmente pela burguesia, liderado por Martinho Lutero, esse grupo pretendia uma reforma, que ficou mundialmente conhecida como Reforma Protestante.



Convém ressaltar que a reforma não ficou presa aos ideias religiosos, em sentido educacional ela trazia certa novidade, pois para Lutero o ensino deveria ser universal, acessível a meninas e meninos, sendo obrigatória a frequência dessas crianças à escola, tendo no Estado a figura de regulador e fiscalizador dessa obrigatoriedade. Todavia apesar de ser algo inovador para a época, tal mudança ainda não se configurou como um princípio de educação igualitária. É importante lembrar também que mesmo o ensino nessa visão protestante ser voltado para a instrução e as primeiras letras, ato ainda desprezado pelo catolicismo, ele não ia muito além da doutrinação, pois o mesmo ocorria de maneira que a bíblia fosse central durante esse processo.

Aos poucos a burguesia foi percebendo que organizar os trabalhadores em um trabalho “coletivo” era mais vantajoso, logo a produção que era individual, passou a uma cooperação dos instrumentos, seguida da manufatura, culminando na grande indústria, esta última só foi possível graças ao considerável aumento das riquezas dos burgueses por meio do comércio, tornando-os capazes de investir o excedente em desenvolvimento tecnológico e científico, fazendo com que, pouco a pouco a indústria fosse ganhando força.

Então a indústria se consolidou, acarretando assim na superação do sistema feudal e instauração do sistema burguês, entretanto, a substituição de um sistema pelo outro não trouxe grandes melhorias para as camadas populares da sociedade, nesse sentido, a educação que sempre esteve atrelada as modificações sociais e principalmente contribuindo ativamente para a reprodução social se concentrou nas mãos da burguesia, esta por outro lado, tinha um ideal bem delimitado, o qual é destacado por Ponce: “*Formar indivíduos aptos para a competição do mercado*” (PONCE, 2007, p 138, grifo do autor).

Nesse período surgem muitos teóricos educacionais, advindos dessa nova classe dominante, e por mais que suas ideias possam divergir em alguns pontos, todos seguem este ideal supracitado. A bem da verdade é o mesmo ideal que a educação segue na contemporaneidade, pois, numa sociedade marcada pelas classes sociais e cheia de desigualdades como a atual se faz ainda mais necessário esse preparo para a competição de mercado, e é basicamente para esse fim que a educação se constitui, evidentemente isso se dá por uma exigência social, pois as relações de trabalho se tornaram mais complexas, sendo assim o indivíduo, que necessita do trabalho para sobreviver e manter sua posição social (ou até mesmo almeja superá-la) precisa se adequar a complexidade imposta pelas novas relações de trabalho.

Isso se torna evidente quando é analisado alguns modelos de educação que se configuraram durante a história humana, todos ligados à uma exigência de mercado, como

exemplo pode-se citar o modelo tecnicista. Nesse sentido é possível depreender que não se almeja no nosso atual sistema de educação possibilitar a elevação da consciência da classe trabalhadora popular, mas sim desenvolver na mesma apenas as habilidades necessárias para que possam atuar no mercado de trabalho e continuem a reproduzir o mesmo sistema no qual estamos imersos.

### **Considerações finais**

Quando analisamos a educação em seu processo social e histórico somos capazes de compreender porque a mesma se constitui como um complexo social tão importante, pois, ela sempre esteve presente na existência humana, o que evidencia que não necessariamente ela vá acontecer somente em escolas, visto que esta possui um caráter muito mais abrangente que percorre muitos outros complexos sociais. Ela está diretamente ligada ao papel que assumiremos em sociedade, já que a mesma é formulada para atender as exigências sociais, como já foi evidenciado. É importante ter clareza disso para que aqueles que atuam e pretendem atuar na educação possam fazer um bom trabalho, dentro das limitações que são impostas aos mesmos.

A educação contemporânea traz consigo muitas influências daquela vivenciada em outras épocas, sendo assim se faz necessário ter certa noção desse processo histórico da educação, tendo ciência de que a total apropriação desse conteúdo histórico não é humanamente possível, entretanto, se for tomado como base momentos que representaram maior relevância, se conseguirá ter esta noção supramencionada. Diante do exposto compreende-se que a educação possui uma natureza imutável, que a define como responsável por desenvolver nos membros da sociedade, de modo geral, comportamentos e características essenciais para a reprodução da mesma, sendo assim, ainda que, em uma sociedade capitalista onde o ensino é tomado como forte instrumento de alienação em suas mãos, a educação ainda pode contribuir para a elevação de consciência das camadas populares, no sentido de fazê-las conhecer as intencionalidades embutidas em todas as ações que se colocam no cotidiano como espontâneas ou simplesmente necessárias, como é o caso das reformas políticas e educacionais que se instituíram nos últimos tempos, que apenas visam precarizar ainda mais a situação daqueles que se encontram explorados pelo capital, logo ter ciência desses fatos se configura como requisito mínimo para se pensar e almejar uma sociedade diferente da que temos hoje.

## **REFERÊNCIAS**

CHASIN, José. **Método Dialético**. Mimeo, 2017.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e Reprodução Social: A perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2016.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.